

Regime na Casca

Raul Pilla

ISTO a que estamos assistindo pode parecer espantoso, mas é coerente. Enquanto se abafa, alterando documentos oficiais, um grave escândalo político, persegue-se o deputado que denunciou e comprovou a falsificação. Desta, ninguém se julga obrigado a prestar contas: se em tôda a parte a palavra do govêrno não deve poder pôr-se em dúvida, no Brasil dêstes dias parece admitir-se que o govêrno não tem obrigações morais para consigo mesmo e para com a Nação: pode mentir, pode falsificar, pode corromper, que estará sempre exercendo as suas altas funções.

Por isto, caiu logo o silêncio sôbre o fato escandaloso, para levantar-se grande alarido contra o deputado que, no exercício do seu mandato, denunciou o escândalo. Em criminoso transformaram o acusador, como se falsa fôra a imputação. Em qualquer país de govêrno parlamentar, a falsificação denunciada teria acarretado a queda do gabinete, tão delicada é a sensibilidade moral desenvolvida pelo regime; e até em país presidencialista, onde tão avariada não estivesse tal sensibilidade, teria de retirar-se o ministro diretamente inculpado.

Entre nós, entretanto, não fez mozza a falsificação denunciada. É que, além de termos quase setenta anos de presidencialismo, dos quais uns quinze ocupados por ditadura, ocorreram o Onze e o Vinte Um de Novembro. Do regime só deixaram a casca, por simples questão de comodidade. Assim sendo, está na própria lógica dos acontecimentos que se inutilize um deputado incômodo, para finalmente chegar às próprias Câmaras, se, depois de desautorizadas pela submissão, incômodas chegarem a ser.